



## A importância das posições no contexto internacional

Benício Schmidt\*

A visita do Presidente dos Estados Unidos a Cuba, sua posição pessoal contra o embargo e o fim da Base de Guantánamo, que existe desde o final do século 19 e causada pela guerra com a Espanha, deu alento contraditório aos demais expectadores da cena mundial. Uns acreditando que foi dado um passo gigantesco no processo de integração, reduzindo as tensões que existem há mais de 50 anos na região. Outros, menos otimistas, acreditam que, mesmo com as “medidas políticas”, Cuba sofrerá pressões para mudar seu modo de produção, será forçada a internacionalizar de vez sua frágil economia, tornando-se assim mais uma base para o poder econômico norte-americano na área.

Aparentemente, todos têm alguma razão. O que está no cenário é uma mudança real, de natureza geopolítica, que afetará as condições econômicas das relações entre os dois países diretamente envolvidos e provavelmente trará impactos sobre os conceitos de *Segurança Regional e Internacional*. Um sintoma disso está dado pela crescente presença da China na América Latina inteira, com sensíveis conseqüências sobre a percepção dos demais países e de suas elites políticas e econômicas.

O cenário global é de consolidação de Blocos Regionais, de militarização crescente em algumas regiões do mundo, de acirrada competição por domínio em áreas tecnológicas (*Internet das Coisas*, por exemplo), em disputas sobre modos de reorganizar os espaços urbanos devido ao envelhecimento das populações e dos efeitos negativos em escala gerados pela maneira como a falta de planejamento territorial têm prevalecido no mundo contemporâneo. Mudanças são visíveis, experimentos têm sido feitos, mesmo sem a chancela dos Estados Nacionais. O cheiro das inovações já se faz sentir e, certamente, mudanças das estruturas de produção e distribuição de bens e serviços virão de modo abrupto, como em todas as etapas históricas que abrigaram inovações, a partir da Revolução Industrial do século 19.

O interessante, nesta quadra histórica em que estamos, é que as soluções, planos e projetos nacionais dependem, mais do que nunca, das relações de poder e força internacionais. Não somente porque as bases produtivas estão



montadas pelas empresas multinacionais – de modo geral- mas porque as interações internacionais abrem ou diminuem os horizontes necessários para a mobilização de recursos de toda a natureza, inclusive políticos.

Tome-se, novamente, a visita de Obama a Cuba e a Argentina. Político sagaz e cativante, fez homenagens até a Che Guevara, tratou da questão envolvendo prisioneiros e direitos humanos, de modo geral. Diz-se comprometido com duas bandeiras que o Congresso norte-americano, controlado pelo Partido Republicano, tem negado aprovação: o embargo cinqüentenário a Cuba e o fechamento da Base de Guantánamo. Obviamente, isso causa simpatia e agradecimento do povo e do governo cubano. Coisas impensáveis, tempos atrás.

Sua visita a Argentina esclarece várias posições estratégicas norte-americanas para a América Latina toda. Ele assume que Macri representa uma mudança de prioridades do Estado argentino frente aos Estados Unidos. Exalta a capacidade em “implantar reformas”, a curto prazo, por parte de Macri; exalta a volta dos argentinos aos mercados internacionais de capital; sublinha o restabelecimento da confiança em relações binacionais estáveis e promissoras, e por aí adiante. Um dos pontos cruciais foi sua exaltação da “Argentina como líder da América Latina”. Um óbvio movimento em direção ao Brasil, agora atolado na conjugação de uma severa crise econômica com uma dramática conjuntura política.

Do ponto de vista estrutural, não há como comparar a importância (mercado, população e PIB) do Brasil frente a Argentina. O Brasil, nestes termos, é muito mais central no contexto internacional e frente aos Estados Unidos do que a Argentina, obviamente. Todavia, o caráter simbólico dos posicionamentos confere suas próprias consequências. Em uma região, quase permanentemente em crise, com a debilitação do modelo venezuelano e a crise brasileira, conferir liderança a Argentina equivale a um estratégico movimento, sinalizando o grau de associação que os Estados Unidos desejam de seus vizinhos ao sul.

Em política internacional, costumam afirmar os especialistas, a percepção das posições são fundamentais; não somente os dados estruturais e quantitativos. O fator simbólico é também decisivo para angariar apoios, sólidas associações e determinar o horizonte futuro das relações, cada vez mais em blocos regionais (NAFTA, MERCOSUL, TRATADO DO PACÍFICO), e assim por diante.

Neste campo, sempre é ressaltado que o estabelecimento de relações depende – ao nível do comportamento simbólico de dirigentes políticos- de



duas dimensões sempre presentes: (1)- a falta de informações completas e (2)- a prevalência de preconceitos. No caso desta visita a Argentina, acompanhado de um grupo de 400 empresários, isso fica ressaltado. Mas, é o jogo jogado.

Assim, tudo é Geopolítica. Um jogo duro de expressão das preferências e uma tentativa de selecionar os parceiros estratégicos, em cada conjuntura. Evidentemente, o Brasil sai destes acontecimentos menor do que há tempos atrás. O episódio indica uma velada crítica aos impasses políticos e econômicos e, principalmente, pela desqualificação da elite dirigente brasileira. Nossas querelas internas deverão ser acompanhadas por uma severa avaliação do papel do Brasil no cenário internacional, buscando-se uma integração que favoreça a integração positiva do país no mundo globalizado. Isso corresponde à busca de maior confiabilidade frente a parceiros e vizinhos estratégicos. E Geopolítica é, hoje, o coração de qualquer política.

**\*colaborador do IAEUGT**